

**Mediações nos movimentos sociais:  
incitando transformações sociais e políticas**

***Mediations in social movements:  
encouraging social and political transformations***

Arnaldo José Zangelmi<sup>1</sup>

**RESUMO**

O objetivo central desse artigo é desenvolver uma discussão sobre as ações de *mediação* - entendidas em seu caráter múltiplo, processual e relacional - desenvolvidas nas dinâmicas de mobilização de movimentos sociais e organizações políticas na contemporaneidade. Com base num diálogo interdisciplinar entre algumas abordagens das Ciências Humanas, buscou-se compreender o papel específico dessas ações nas mobilizações coletivas e seus desdobramentos na formação de novos comportamentos políticos e interações entre organizações, opinião pública e poder estatal. Assim, esse trabalho está centrado nos papéis da *mediação* nos processos de transformação social e política desenvolvidos pelas mobilizações de grupos políticos organizados e movimentos sociais na sociedade atual.

**Palavras-Chave:** Mediação. Movimentos sociais. Ciências Humanas.

**ABSTRACT**

The main objective of this paper is to develop a discussion about the actions of mediation developed by social movements and political organizations in contemporary society. Based on an interdisciplinary dialogue between some of Humanities, sought to understand the specific role of these actions in collective struggles and their consequences in the formation of new political behaviors and interactions between organizations, public opinion and state power. Thus, this paper focuses on the roles of mediation in processes of social and political mobilizations carried out by organized political groups and social movements in contemporary society.

**Key Words:** Mediation. Social movements. Humanities.

---

<sup>1</sup>Professor da área de Ciências Sociais na Universidade do Estado de Minas Gerais e Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de transformação social ocorrem amplamente, apesar dos ritmos e características diferentes próprios de cada cultura. Tradições, costumes e valores desaparecem ou se transformam, dando lugar para novos modelos de ação, novas formas de sociabilidade, relações de poder, etc. Em algumas situações, processos de mudança, ligados a formas específicas de ações coletivas, adquirem contornos aos quais geralmente se atribui a denominação de *movimentos sociais*<sup>2</sup>.

Geralmente, a idéia de *movimento social* está ligada às ações desencadeadas por certos grupos com o objetivo de mudar a distribuição de poder, formas de interação e ideais culturais vigentes (ALEXANDER, 1998). Essa idéia também está comumente relacionada com a sistematização e publicização de determinados projetos de sociedade, de determinadas causas, o que em muitas análises passa pela delimitação de um ou mais adversários no seio da sociedade e pela formação de redes de mobilização (NEVEU, 2005).

Apesar do aparente consenso na atribuição do status de movimento social para determinados fenômenos, essa definição encontra sérias divergências no que se refere ao grau de racionalidade, organização, institucionalização e burocratização de suas ações. Também se discute sobre a particularidade ou universalidade dos objetivos das ações dos movimentos sociais e seus fins na formação de identidades, o que complexifica ainda mais as análises (CEFAI, 2007).

Outra questão relevante, que nos interessa em especial nesse trabalho, se trata de pensar em que medida essas ações se destacam de outras formas de ação coletiva, ou seja, questiona-se quais fatores desencadeiam essas formas de mobilização, propiciam seu desenvolvimento, contribuem em sua eficácia, etc. Por que certos grupos se engajam nos movimentos sociais e outros não, mesmo tendo condições de vida similares?

---

<sup>2</sup> Compreende-se aqui *movimento social* enquanto unidade analítica, conceito que auxilia na compreensão de certos fenômenos e características presentes numa multiplicidade de ações concretas. Assim, considera-se essa noção como uma categoria teórica que contribui na identificação e compreensão de certos fenômenos e não, de forma substancialista, como condição essencial de certos grupos (TOURAINÉ, 1999; MELUCCI, 2001).

Diante dessas questões, a atenção nesse trabalho estará voltada para a dinâmica dos movimentos sociais e para o papel da *mediação* nesses processos, supostamente ações fundamentais para os processos de transformação social.

No próximo tópico são discutidos alguns referenciais sobre o papel dos líderes e mediadores políticos em processos de transformação social e luta pelo poder na esfera pública, no intuito de pensar o papel desses atores nas dinâmicas dos movimentos sociais. Em seguida, se desenvolvem reflexões sobre algumas características dos movimentos sociais na contemporaneidade, como a formação de identidades, constituição de atores enquanto sujeitos e a ênfase cultural em suas ações. Por fim, se discute algumas formas de atuação, como na formação de redes, interação com a opinião pública e institucionalização na sociedade política, espaços nos quais as ações de mediação emergem como centrais para o surgimento e desenvolvimento dessas formas de mobilização coletiva.

## **2 LIDERANÇA POLÍTICA E MEDIAÇÕES**

Bourdieu (1989), buscando elementos para entender o campo político, discute a construção da representação política entre mandantes (representados) e mandatários (representantes), enfatizando que as diferentes possibilidades de acesso aos instrumentos de produção política são definidores para a delimitação desses papéis.

O autor salienta que o campo político é espaço de lutas, de concorrência entre agentes especializados, em que se acumula um poder específico, embora os capitais econômico e simbólico influenciem fortemente nas possibilidades de participação política. Assim, é preciso condições de acesso a certas formas de conhecimento, pois, “a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento” (p. 165).

A ação política depende de um “*corpus* de saberes específicos” (p. 169). Uma das competências, citadas por Bourdieu, necessária para a concentração dos meios

de produção política, é o domínio da linguagem específica desse campo, seus códigos, sua retórica, em que se permite argumentar, ser ouvido e respeitado.

Ele também enfatiza a importância de se passar por uma iniciação, um rito de passagem, em que se aceita certas regras, valores e hierarquias, ou seja, parte do processo de aceitar uma normalização, demonstrar estar de acordo com a lógica de funcionamento do campo, considerar legítimas as regras do jogo e os papéis na estrutura interna de poder.

Esses profissionais têm o monopólio dos instrumentos políticos, relegando aos representados a condição de “consumidores” de programas pré-formados, aos quais devem aderir por antecipação. Quanto mais afastados das condições de produção política, mais as pessoas têm que “delegar”, ou seja, estão tanto mais:

condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes, quanto mais desprovidos estão da competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos; o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (p. 166)

Assim, os mandantes se entregam em bloco às organizações políticas de sua escolha, perdendo o controle sobre esses aparelhos, numa “espécie de crédito ilimitado” (p. 167). Esse monopólio dos profissionais políticos permite que eles imponham sua vontade como se fosse a dos mandantes.

Segundo Bourdieu, cada grupo político faz um “jogo duplo”, por um lado buscando a adesão de mandantes e, por outro, lutando contra seus adversários, as outras organizações, no interior do campo político. Nesse sentido, por um lado, lutam pela conservação ou transformação do mundo social através do enfrentamento simbólico para influir nas visões de mundo, nas classificações em vigor, ou seja, nos critérios de *di-visão legítima do mundo social* e, assim, buscam mobilizar os grupos e, por outro, lutam pelos instrumentos objetivados na administração pública (direito, exército, finanças públicas, etc.). Como argumenta Bourdieu, os partidos, agentes por excelência dessa luta, tentam:

elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre seus atributários. Assim, a produção de idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. (p. 174-175)

Para Bourdieu, a relação de concorrência entre os mandatários acaba direcionando a relação destes com seus mandantes.

O autor afirma que

a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantém com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantém com os seus concorrentes. Eles servem os interesses de seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los (p. 177)

Assim, percebe-se que as organizações têm uma existência relacional própria no campo político, exterior às experiências dos mandantes supostamente representados, os cidadãos comuns, que não percebem as razões de seu distanciamento. Um exemplo discutido por Bourdieu é a delimitação entre direita e esquerda, própria do campo político, que mesmo com transformações, permuta de papéis, etc., se mantém como oposição na estrutura do jogo político.

No entanto, diferentemente dos campos científico e artístico, a eficácia na concorrência entre os profissionais está relacionada com sua interação com os representados, dependendo de seu reconhecimento, ou seja:

a tendência para a autonomização e divisão indefinida em minúscula seitas antagonistas (...), na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (...), é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nessa luta podem mobilizar fora do campo. (p. 183)

Assim, as estratégias na lógica interna do campo só podem se desenvolver satisfatoriamente em ligação com a capacidade de convencer, de mobilizar, conquistar a adesão daqueles que estão fora do campo. Nesse sentido, é fundamental “fazer crer”, ser reconhecido, mobilizar, para usufruir dos recursos de poder objetivados. O poder político vem do poder de verdade das proposições, do acúmulo de crédito, da confiança e, assim, da obediência que pode proporcionar.

Esse acúmulo de poder se dá pela construção de um “nome”, da notoriedade, que é concentrada nos profissionais e na organização, sempre podendo ser transferido mutuamente entre eles. Esse capital político se institucionaliza, se converte em cargos, postos, fontes mais estáveis de influência na administração pública.

No entanto, como afirma Bourdieu, quanto mais esse poder se institucionaliza, mais cresce a força dos profissionais sobre os mandantes, que ficam mais reféns da necessidade de delegação incondicional, da condução pela lógica do aparelho, imerso nas lutas do campo político. Para o autor, é nos partidos de massa

que o aparelho age de forma mais descolada das bases, se voltando para suas próprias disputas e interesses no campo político.

Muitas vezes, a exemplo do modelo organizacional bolchevique, esse processo se converte numa militarização das ações políticas, em que se impõe uma disciplina rígida, avessa às críticas e discordâncias, em nome de uma unidade forçada, visando o enfrentamento mais objetivo dos adversários. Assim, como afirma Bourdieu, é produzido o “medo de ser contra”, valendo-se de uma “exaltação da unanimidade das adesões e das aversões ou, inversamente, da angústia da exclusão e da excomunhão, fazendo do ‘espírito de partido’ um verdadeiro ‘espírito de corpo’” (p. 202).

Os problemas salientados por Bourdieu em relação à liderança política, exemplificados no caso extremo do modelo bolchevique, estão também associados à compreensão, por parte de alguns desses profissionais, do papel de líder enquanto parte de uma vanguarda iluminada que deve conduzir as massas, vistas como seres passivos, incapazes de participar ativamente dos processos decisórios.

Esse pensamento, presente em certas interpretações marxistas<sup>3</sup>, trata-se do entendimento de que existe um grupo que leva a consciência verdadeira sobre algo definido previamente, dado, necessário, para uma massa de ignorantes. Assim, o líder, pelo saber privilegiado sobre esse processo necessário, deveria transmitir esse conhecimento e direcionar as ações políticas para objetivos estruturalmente determinados.

Noutro sentido, a partir dos anos de 1970, discussões sobre a idéia de *classe* têm se direcionado para as formas de construção de identidades políticas não determinadas, dinâmicas, desencadeadas pelas vivências concretas, experiências de atores históricos em condições específicas, nas quais as relações entre atores adquirem um caráter imprevisível, inovador e criativo.

Assim, as condições materiais estruturantes perdem espaço nas análises para fatores culturais, novas formas de antagonismos, mobilizações e identidades baseadas em novas classificações de grupos, criadas por seus próprios atores no

---

<sup>3</sup> Refere-se aqui às correntes marxistas que deram ênfase nas condições materiais estruturantes como base para as mudanças históricas, entendidas como transformações determinadas, lineares e evolutivas. Um dos autores que melhor representa essa tendência é Louis Althusser (1998), filósofo marxista francês. Basicamente, essa linha de pensamento considera que a transformação histórica, encarnada na idéia de “revolução”, se dá pela adequação da infra-estrutura às mudanças da estrutura, que seria o fator determinante. Assim, ação política e consciência seriam subprodutos das formas inconscientes da organização do trabalho (QUINTANEIRO, 1999).

processo histórico. Nesse sentido, a observação se desloca para o “fazer-se” da classe (EDER, 2002).

O pensamento de Gramsci (2001), com sua ênfase cultural e política, caminha nesse sentido. Ele tenta entender a política como uma atividade autônoma, não determinada por condições econômicas estruturais, que poderia redirecionar processos históricos. Assim, o intelectual, no trabalho de difusão de idéias, seria elemento chave, pois daria sistematicidade aos sentimentos coletivos, dispostos no senso comum, sendo veículo para a comunicação entre experiências, a construção de visões de mundo e criação de organizações coletivas.

Thompson (1987), buscando resgatar o papel dos atores na história, se aproxima dessa tendência. Para o autor, falar em classe é falar na formação de identidade, ou seja, do auto-reconhecimento de um grupo, suas relações, antagonismos, que são a formação processual do próprio grupo. Assim, a consciência não é algo dado, necessário, um ponto de chegada determinado por condições exteriores às ações e relações dos atores, mas sim resultado da interação, sempre específica, entre atores em cada contexto. A classe é resultado de como os homens experimentam e significam suas condições de vida (THOMPSON, 1979).

Em consonância com essas novas formas de entendimento sobre a ação política, surgiram novos termos para tentar compreender alguns atributos da liderança política em processos de mobilização. Tem crescido com vigor o entendimento de que os agentes políticos podem ter o papel de *mediar* ações de transformação social.

A expressão *mediação* é muito utilizada atualmente, no entanto também é pouco conceituada, tendo significados vagos, associados às percepções do senso comum sobre ações concretas. Cabe, então, uma reflexão mais sistemática e profunda sobre os processos de mediação, o que pode lançar luz sobre características fundamentais de algumas ações coletivas em curso.

Neves (2008) considera que *mediação*, desenvolvida por atores políticos especializados (do Estado, ONGs, movimentos, etc.), é uma intervenção promotora de interação entre *universos de significação*. Os mediadores, com base na orientação simbólica prévia de seu grupo/organização de origem, sistematizam

demandas, fazendo uma *bricolagem* com os fragmentos de significados recolhidos junto aos vários contextos e agentes envolvidos.

Assim, o trabalho de mediação liga projetos políticos diversos, cada um portador de uma idéia de *desenvolvimento social* própria, específica, ligada às diferentes sociedades idealizadas. Nesse sentido, os mediadores desencadeiam processos de interação e negociação entre perspectivas de mundo, transformando os grupos envolvidos nesse processo comunicativo (*ibidem*). Para Neves, o mediado, cercado de diferenciações:

depende assim de alianças com outros agentes que se apresentam como portadores de intenções de construção de comunhão de interesses, que se apresentam como capazes de formular sistematicamente as demandas e como porta-vozes da crença na eficácia e na legitimidade da proposição. (p. 36)

Para a autora, essa concepção não nega a existência de relações de poder, pois salienta que os mediados também são ativos nessa interação, reordenando os objetivos de acordo com suas experiências e expectativas. Assim, a ação dos mediadores recebe influência tanto dos grupos aos quais pertencem quanto daqueles que pretendem mediar no processo de mobilização social. Como afirma:

mesmo aceitando o engajamento em processos de mudanças intencionais, os reivindicados beneficiários não podem ser pensados sob a metáfora da esponja na água. Eles tentam reordenar os objetivos, reconhecidos conforme seus interesses e saberes mais imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus os objetivos apresentados no contexto dos processos de mudança. (p. 36)

Nesse sentido, os mediados não são “esponjas”, seres passivos, beneficiários, que absorvem as concepções e vontades dos medidores. Os mediadores também são transformados nessa interação, fazem parte dela, o que dá contornos específicos para cada processo de mediação pelos diferentes contextos de interação, encontros comunicativos, numa multiplicidade de atores potencialmente envolvidos e capazes de alterar os rumos. Neves afirma que nos processos de mediação:

os desdobramentos não são dados a priori, sua dinâmica é relativamente indefinível. Há desdobramentos inesperados e múltiplas formas de reapropriação dos objetivos e intenções, demonstrando que atos de mediação também são procedimentos para transformação. (p. 38)

Dessa forma, como pensa Neves (*ibidem*), mediação envolve criação de canais para troca de saberes, experiências, em nome da construção, sempre



imprevisível, de um projeto em comum e do direcionamento de esforços no sentido da realização desse projeto. Os mediadores unem os diferentes significados, num novo arranjo, valendo-se de estratégias de interação, de convergências nas diferentes concepções e da possibilidade de entendimento mútuo.

Assim, a questão do pluralismo cultural é sempre presente nessas ações, diante do desafio de reunir universos culturais diferentes em torno de projetos e mobilizações em comum. A mediação traz, portanto, o potencial de transformação. Como afirma a autora, “a análise das relações instituídas e instituintes da interconexão entre mediadores e mediados coloca em relevo os espaços sociais nos quais, a despeito de todos os constrangimentos, os agentes criam as condições de mudança social” (p. 39).

Diante das várias realidades concretas em que se usa o rótulo de mediação, é importante salientar que o processo de mediação é uma construção histórica, específica, resultado de interações indeterminadas. Como afirma Neves:

A análise de processos de mudança a partir do papel ativo de mediados e mediadores permite que se abandone a idéia de leis preexistentes e desconhecidas para os atores; ou que só os mediadores possam revelar. O do entendimento da ação recíproca entre mediadores e mediados que se pode compreender o conjunto das forças sociais em jogo, isto é, colocar o ator na história para interrogar sobre a produção das situações históricas (p. 39)

Essas reflexões vão ao encontro de algumas idéias recentes sobre a atuação de lideranças em movimentos sociais. Para Melucci (2001), o discurso dos líderes desencadeia um processo reflexivo nas pessoas. São as lideranças que promovem a busca de objetivos, desenvolvem estratégias e formulam e sustentam uma ideologia: “as lideranças são elementos-clave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações assim como para articular o movimento em suas conexões e redes” (*Idem*: 163). Assim, as noções de mediação, identidade e cultura são fundamentais para a compreensão sobre movimentos sociais.

### 3 AÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As reflexões que se seguem visam discutir a possibilidade dos processos de mediação desencadearem a construção, simbólica e cultural, de novas identidades nos movimentos sociais, através do incentivo a formação de *sujeitos*.

Melucci (1996), discutindo a formação de identidades coletivas nos movimentos sociais, dá ênfase aos aspectos culturais e às formas como as pessoas significam sua realidade e suas ações. Para ele, as identidades são formadas na luta dos atores num campo de relações sociais, em que as escolhas dos atores se dão diante de um conjunto de possibilidades. Assim, ele pretende romper o dualismo ação/estrutura, valorizando a especificidade dos processos sociais em cada contexto (MELUCCI, 2001).

Nesse sentido, afirma que “a ação humana é um comportamento finalizado capaz de reflexividade, isto é, capaz de produzir a própria orientação e de reconhecê-la” (p. 49). Para Melucci, essa vontade criadora, diante das oportunidades disponíveis, forma os grupos em conflito e suas identidades.

Assim, as identidades antes definidas pelo pertencimento agora são construídas pelos atores, que tomaram as rédeas da construção de significados, “aprenderam a aprender” e “exigem participar da formação de sua identidade, da constituição de sua capacidade de ação” (p. 90)

A capacidade simbólica, base da idéia do indivíduo como sujeito da ação, é central em seu modelo. Como afirma:

os indivíduos experimentam a capacidade de definir e controlar o que são e o que fazem, por meio da generalização dos processos de instrução, da difusão da participação política e dos direitos da cidadania, da importância atribuída às redes organizativas e comunicativas (p. 72)

Para a fluência desse processo, segundo Melucci, é fundamental a organização em rede, na qual unidades diversificadas e autônomas se comunicam, articulam ações, o que configura um papel específico para as lideranças (p. 96). Retornaremos a esse ponto mais adiante.

Porém, Melucci salienta os riscos da centralidade da idéia de identidade<sup>4</sup> nos movimentos sociais, pois existe certa tendência ao isolamento, à fragmentação, à irracionalidade, à exaltação da especificidade, que pela imersão comunitária, dogmática e irrefletida, fecharia as portas da ação reflexiva. Esse risco pode levar à fuga, à violência, na aversão ao diálogo e ao intercambio social e cultural. Por isso, Melucci (2001) insiste na importância dos movimentos sociais, através de novas formas de representação política, interagirem no sistema político. Retornaremos a esse ponto ao tratar do pensamento de Cohen e Arato.

Touraine (2006b), em convergência com Melucci, argumenta que estamos vivendo a decomposição dos sistemas e instituições sociais que moldavam e pressionavam os atores, definindo seus papéis. Assim, os atores estão assumindo a proeminência na construção de si. Como afirma, “o sistema social se decompõe e, diante das forças impessoais do mercado e da guerra, o sujeito é o único ator capaz de se opor a elas” (p. 165).

O sujeito seria, pela capacidade de repensar as relações sociais, a criação autônoma das identidades e, assim, veículo de transformação social. Para Touraine, “o sujeito é um chamamento a si mesmo, uma vontade de retorno a si mesmo, em sentido contrário à vida ordinária” (p. 120). O sujeito seria a alternativa diante de um mundo formado por indivíduos fragmentados, guiados por seus desejos e pela racionalidade instrumental, e de um mundo de seres imersos em quadros sociais rígidos, comunidades autoritárias, que inibem a criatividade (TOURAINÉ, 1999). Como afirma:

Para mim a idéia de sujeito evoca uma luta social como a de consciência de classe ou à da nação em sociedades anteriores, mas com um conteúdo diferente, privado de toda exteriorização, voltado totalmente para si mesmo – embora permanecendo profundamente conflituoso. (TOURAINÉ, 2006b, p. 120)

Assim, a idéia de sujeito está também ligada à de noção de direitos, universais e específicos, para os quais os atores sociais se mobilizam, questionam poderes estabelecidos, lutam pela dignidade humana, etc. Ele afirma que, “sente sujeito apenas aquele ou aquela que se sente responsável pela humanidade de um outro ser humano” (p. 157). Nesse sentido, os movimentos sociais seriam os espaços privilegiados para a formação de sujeitos.

---

<sup>4</sup> Como Melucci, Touraine (2006b) também salienta os riscos do fechamento em identidades comunitárias, particularismo que atravancariam o diálogo e a busca por conquistas mais amplas.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais apontam para mudanças nas relações sociais e de poder na sociedade, através da formação de atores, criação de uma utopia e delimitação de adversários num dado campo societal (TOURAINÉ, 1989). Assim, os movimentos sociais, hoje de cunho cultural, seriam conflitos de impacto geral na busca por um novo sentido para a sociedade, com base num projeto e no enfrentamento de adversários (Touraine, 2006a).

A partir dessas reflexões, percebem-se os movimentos sociais como ações políticas autônomas, criativas, reflexivas, em que o papel da liderança se aproximaria a noção de *mediador* discutida anteriormente. Nesse processo de criação de identidades, a liderança sistematiza valores e concepções, cria pontes de comunicação entre universos de significação, catalisa construção de projetos e direciona para ações concretas de intervenção na vida social.

#### **4 REDES, RECONHECIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Nesse tópico discute-se o processo de formação de redes nos movimentos sociais, suas lutas por reconhecimento e as formas de interação entre sociedade civil e política, com especial atenção ao papel das ações de mediação como veículos desses processos.

Cada vez mais não é adequado pensar os movimentos sociais de forma unitária ou isolada, pois sua constituição está ancorada em suas relações com outros atores, outros movimentos, que atuam em rede, buscam convergências, escapam de sua espacialidade, redesenhando as fronteiras do político (SLATER, 2000).

Como afirma Slater (*ibidem*), a luta em rede dos movimentos sociais, constituída em torno de novas identidades, transcende as divisas dos Estados-Nação, questiona as classificações vigentes e a centralização do poder. Colocam, assim, sérios desafios para as unidades políticas tradicionais, de base territorial, tornando obsoleta grande parte das lógicas de representação de partidos, classes, facções, etc.

Note-se que, como percebe Tarrow (2005), a transnacionalização dos movimentos não significa desenraizamento de suas bases, pelo contrário, o enraizamento nas redes locais é elemento fundamental para a interlocução em arenas mais amplas, em que eventos particulares ganham significação mais abrangente, pois contextualizados diante de valores universais.

Assim, como enfatiza Sommier (2003), as redes são também veículos de criação de espaços de negociação e pressão em nome de parâmetros éticos abrangentes, para a defesa de direitos que transcendem as fronteiras convencionais. Mesmo não tendo poder coercitivo direto, essas ações têm forte poder simbólico e influenciam nas políticas públicas.

Scherer-Warrem (2008) demonstra como os movimentos sociais são espaços permanentes de negociação, construção de alianças, intercâmbio entre formas de ação e convergência de objetivos. Ela enfatiza como os movimentos sociais, principalmente pelas ações de mediação, fazem a “tradução” do particular para o geral, agregando várias mobilizações e atores em rede.

Assim, ações restritas são re-contextualizadas e articuladas em arenas mais amplas, possibilitando maior possibilidade de ação conjunta. O específico, localizado, típico de situações concretas, é redimensionado diante do diálogo intercultural. Os movimentos, sem perder suas especificidades e autonomia, se unem em torno de demandas gerais, como, por exemplo, nas lutas pela emancipação frente às formas de poder hegemônicas, contra o conjunto de exclusões sociais, etc. (SCHERER-WARREM, 2006).

Nesse sentido, a noção de rede envolve a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos em comum, adquirindo maior força para chamar a atenção, pressionar o poder público e articular mobilizações.

Note-se que os movimentos sociais se articulam em rede, constroem pontes, ganham amplitude, rompem as fronteiras tradicionais fundamentalmente pela atuação de mediadores (*ibidem*), que fazem “traduções” de vivências concretas restritas para uma linguagem mais ampla, reúnem universos de significação, articulam projetos em comum, sistematizam demandas e direcionam para ações concretas.

Esse papel pode ser visto também nas ações dos movimentos sociais que visam a conquista do reconhecimento, tanto para a constituição da identidade para

os membros do grupo quanto para a formação da opinião pública, elementos fundamentais nas lutas políticas atuais.

Honneth (2003) demonstra como, através da ação de mediadores, ações coletivas dão novo significado para as relações de poder, direcionando para um sentimento coletivo de injustiça, uma nova moral. Nessa nova identificação, condições cotidianas passam a ser vividas como injustiças, levando ao questionamento social e a busca pela auto-afirmação.

Essas lutas se concretizam em torno de simbologias referentes à identidade dos grupos, representações retratadas, por exemplo, em eventos. Perrot (1988), descrevendo o processo de constituição do Primeiro de Maio na França, demonstra as disputas pela significação do evento, embates pelo teor de seus rituais.

Segundo a autora, esse rito operário foi criado em meio à interação entre vários atores<sup>5</sup> e influências, se configurando em um evento ambíguo, tenso, recheado de vozes destoantes e incoerências. Porém, isso não impediu que o evento mobilizasse um grande número de pessoas e tivesse publicidade relevante em várias regiões e grupos, estimulando várias ações relacionadas à identidade do trabalhador (ibidem).

Esse conjunto de interações em torno de um evento emblemático para os trabalhadores demonstra a importância que o reconhecimento, através dos significados legitimados publicamente, tem para as ações coletivas e seus desdobramentos.

Esse valor da formação da opinião é também discutido por Champagne (1998), que demonstra como cada vez mais a política se converte numa luta simbólica, pela visão de si e dos outros, em que a imprensa adquire papel central.

O autor demonstra como cada vez mais os movimentos sociais estão se entrelaçando com a imprensa, buscando criar eventos políticos, conquistar reconhecimento público e, assim, legitimar suas demandas e ações. Ele salienta como as manifestações de rua trazem o potencial de quebrar o monopólio dos profissionais da imprensa sobre as visões da política, colocando questões próprias dos movimentos, revigorando o poder de representação e negociação das lideranças, que mostram poder de mobilização na simbiose com as bases e, assim,

---

<sup>5</sup> Os principais atores em disputa pelo teor do evento foram os anarquistas, que pensavam o evento de uma forma mais combativa, contra patrões, como um estímulo a greves, manifestações, motins; e os esquerdistas, que concebiam esse momento como uma festividade, um “passeio” comemorativo (PERROT, 1988)

capacidade de concentrar esforços coletivos e criar acontecimentos públicos (ibidem).

No entanto, Champagne também adverte para o fato das manifestações estarem se rotinizando, entrando na lógica do jogo midiático, se tornando previsíveis, ritualizadas, o que resultaria numa menor ameaça à ordem estabelecida, pois se converteriam em ações passíveis de serem controladas. Como afirma, a política deve se assemelhar mais a um “jogo de *poker*” do que a uma “missa”.

O autor adverte que ações públicas de movimentos sociais estão se tornando espetáculos para a mídia, com encenações e performances artificiais, perdendo seu efeito de expressão popular. No entanto, essas ressalvas de Champagne não devem encobrir o potencial desses eventos, enquanto construção conjunta - entre profissionais da mídia, povo, mediadores, etc. - que configura uma produção tensa do acontecimento (ibidem).

Esse intercâmbio entre atores políticos, imprensa, opinião pública, etc. tem nos medidores seus principais veículos de realização. Os mediadores também são fundamentais na interação entre sociedade civil e sociedade política, espaços nos quais os movimentos sociais se institucionalizam, ampliam suas interações e diálogos e influenciam nas políticas públicas

Cohen e Arato (2000), valendo-se em parte da idéia de *mundo da vida* de Habermas, discutem como a cultura, enquanto tradições constituídas pelas relações interpessoais cotidianas, interage com a esfera institucional, o que traz riscos de burocratização. Eles discutem como os movimentos sociais penetram nas instituições, se racionalizam, numa relação crítica com os costumes e representações, na busca de direitos fundamentais, de democratização nas relações.

Assim, os autores consideram que as instituições modernas colonizam parte do mundo da vida, mas também trazem auto-reflexividade para os atores, emancipam, protegem direitos, democratizam relações, tencionam valores, etc. Nesse sentido, os movimentos sociais são ações dinâmicas que reanimam a esfera pública, abastecendo-a com novas e criativas forças sociais.

Analisando os principais paradigmas teóricos sobre movimentos sociais - o da *mobilização de recursos*, que prioriza as estratégias racionais dos atores; e dos *novos movimentos sociais*, que enfatiza a cultura, valores sociais e construção de

identidades – eles pretendem demonstrar que essas perspectivas indicam, cada uma ao seu modo, aspectos diferentes dos movimentos sociais. Assim, afirmam que os movimentos sociais têm uma lógica dual: por um lado, defensiva e, por outro, ofensiva. No âmbito defensivo, situa-se a formação de identidades, de base, locais, que agem sobre a consciência e a cultura dos grupos. No aspecto ofensivo, estão as estratégias no jogo de poder entre atores externos, visando se incluir institucionalmente no sistema político e intervir nas políticas públicas.

Apesar dos movimentos não seguirem essa lógica de forma linear em seu desenvolvimento, o que faria com que o lado defensivo fosse necessariamente uma etapa a ser suprimida pelo lado ofensivo, Cohen e Arato (2000) atribuem precedência à formação local de identidades e consideram que o vigor dos movimentos sociais depende da interação fluente entre essas duas esferas. Assim, mesmo a relação entre atores da base e representantes na política sendo fundamental, não se pretende afirmar que a institucionalização destrói ou é finalidade última dos movimentos sociais (ibidem).

Portanto, nesse trânsito tenso e imprevisível entre sociedade civil e sociedade política apontado por esses autores, se encontra alternativas frente aos riscos, já apontados por outros estudos, do fechamento identitário, do isolamento em particularismos que, pela resistência ao diálogo, apontariam para saídas violentas e ortodoxas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das reflexões desenvolvidas nesse trabalho, surge uma interpretação dos mediadores enquanto agentes imprescindíveis para a transformação social típica dos movimentos sociais. Eles catalisam processos de reflexão e mobilização, incentivando a formação de sujeitos, combinando referenciais culturais antes isolados, sistematizando demandas em identidades e objetivos concretos, direcionando para a formação de projetos sociais, utopias, lançando mão do diálogo com outros atores e enfrentamento de adversários.

Eles atuam, em vários sentidos, na formação de redes, na interlocução com a mídia, conectando as forças constituídas localmente com as lutas pelo poder na



esfera pública. Propiciam, então, o reconhecimento do grupo para si, fortalecimento de laços e, a partir destes, a busca pelo reconhecimento externo, a construção de alianças e disputas pela intervenção na esfera pública no sentido do benefício do grupo e na transformação da ordem estabelecida.

Assim, suas intervenções pesam contra o isolamento identitário, a imersão no dogmatismo comunitário, que pode levar à violência e perpetuação de injustiças. Também catalisam processos de rompimento com a lógica de mercado, utilitária, que fragmenta os indivíduos em seus desejos e objetivos específicos. Nos processos de mediação, criam-se as condições para o surgimento de espaços de interação e criação de laços, de compartilhamento de experiências e reflexões sobre essas vivências conjuntas.

Nessas trajetórias, os atores que geralmente não recebem o status de *liderança* também são ativos, criadores, interferem na definição de objetivos e estratégias, ou seja, a ideia de mediação tem sua força na interlocução entre representante e sua base. O papel da liderança é diferenciado, mas não se trata de uma substância inerente a certas pessoas. O líder é um ator entre outros, envolvido numa multiplicidade de forças sociais que fogem ao seu controle, trazendo um resultado não determinado previamente, apenas almejado, perseguido e redefinido diante das possibilidades concretas de realização.

No entanto, os processos de mediação trazem também riscos<sup>6</sup>, como os da autonomização do campo político em que atuam as lideranças, ou seja, os mediadores, ou supostos mediadores, têm sempre em suas ações concretas o perigo de, nas lutas com os adversários em nome de seu projeto de sociedade, submeter e sacrificar suas relações com as bases, direcionando sua atuação para o autoritarismo, militarismo, colocando os mediados num curso forçado, exterior em relação às experiências e expectativas dessas pessoas.

Apesar desses riscos, que crescem com a burocratização dos movimentos, a possibilidade atual do “medo de ser contra” persistir por longo tempo é pequena. A história nos mostrou que as práticas de lideranças que se deslocam das bases tendem a não se sustentar, perdem sua energia e eficácia, se esvaziando, convertendo-se em caricaturas de líderes sem liderados.

---

<sup>6</sup> No que se refere aos pesos relativos entre potencialidades e riscos da mediação nos movimentos sociais, considera-se que, para além de uma discussão conceitual, somente nas pesquisas focadas em situações concretas é possível dimensionar essa tensão em cada caso específico.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 37, junho 1998.
- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.
- CEFAI, Daniel. Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective. Paris: La Découverte/Mauss, 2007.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COHEN, J.; ARATO, A. Los movimientos sociales y La sociedad civil. In: **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de La cultura, 2000.
- EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Bauru: Edusc, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. **Challenge codes**. Collective action in the information age. Cambridge: C.U.P., 1996.
- NEVES, Delma P. Mediação social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- NEVEU, Érik, **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: Le Découverte, 2005.
- PERROT, Michelle. O Primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- QUINTANEIRO, T. et al. Karl Marx. In: **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SCHERER-WRREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, vol. 21, no 54, Salvador, 2008.

SCHERER-WRREN, Ilse. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Vol. 21, n.1, Brasília, 2006.

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. ; ESCOBAR, A. **Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SOMMIER, Isabelle. **Le renouveau des mouvements contestataires à l'heure de la mondialisation**. Paris: Flammarion, 2003.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: C.U.P., 2005.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON. E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

TOURAINE, Alain. **Seminário O Retorno do Ator (anais)**. São Paulo: USP/Fac. de Educação, 1989.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Vol. 21, no 1, 2006a.

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006b.

Artigo:

Recebido em: 21/06/2011

Aceito em: 14/12/2011